

A Univille e o desenvolvimento: Educação Superior no norte e nordeste de Santa Catarina (1960-1990)

Ilanil Coelho, Fernando Cesar Sossai e
Therezinha Maria Novais de Oliveira

Ilanil Coelho

Universidade da Região de Joinville – Joinville, SC,
Brasil.

E-mail: ilanilcoelho@gmail.com.

ORCID: 0000-0002-2903-404X

Fernando Cesar Sossai

Universidade da Região de Joinville – Joinville, SC,
Brasil.

E-mail: fernando.sossai@univille.br.

ORCID: 0000-0002-6757-4151

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Universidade da Região de Joinville – Joinville, SC,
Brasil.

E-mail: therezinha.novais@univille.br.

ORCID: 0000-0003-2122-6095

Resumo: Como a história de uma universidade se liga à noção de desenvolvimento? Como o processo de constituição de uma universidade regional no nordeste de Santa Catarina recontextualizou conceitos de desenvolvimento que circulavam pelo Brasil entre os anos 1960 a 1990? Essas são as questões que estruturam este artigo. Tomando a história da Univille como referência, tais questões são examinadas nas cinco partes que integram o texto. Além da bibliografia pertinente, no texto, analisamos o conteúdo de um conjunto de fontes primárias pesquisadas nos acervos do Centro Memorial, Laboratório de História Oral e Arquivo Central da Univille. O artigo conclui que, mais do que implantar conceitos de desenvolvimento concebidos em contextos alheios ao território catarinense, a criação da Univille evidenciou um intenso trabalho de tradução e recontextualização de noções difusas de desenvolvimento, adaptando-as de acordo com demandas do presente e visagens de futuro para as regiões norte/nordeste de Santa Catarina.

Palavras-chave: Educação Superior; Desenvolvimento; Univille.

Univille and development: higher education in the north and northeast of Santa Catarina (1960-1990)

Abstract: How is the history of a university linked to the notion of development? How did the process of establishing a regional university in the northeast of Santa Catarina recontextualize concepts of development that circulated in Brazil from the 1960s to the 1990s? These are the questions that structure this article. Taking the history of Univille as reference, these questions are examined in the five parts of this text. In addition to the pertinent bibliography, we analyze the content of a collection of primary sources researched at the archives of the Memorial Centre, Oral History Laboratory and Central Archive of Univille. The article concludes that, more than implementing development concepts conceived in contexts outside of the territory of Santa Catarina, the making of Univille evidenced an intense work of translation and recontextualization of diffuse notions of development, adapting them according to the demands of the present and visions of the future for the North/Northeast regions of Santa Catarina.

Keywords: Higher Education; Development; Univille.

Univille y desarrollo: educación superior en el norte y noreste de Santa Catarina (1960-1990)

Resumen: ¿Cómo se relaciona la historia de una universidad con la noción de desarrollo? ¿Cómo el proceso de constitución de una universidad regional en el noreste de Santa Catarina recontextualizó conceptos de desarrollo que circularon en Brasil entre 1960 y 1990? Estas son las preguntas que estructuran este artículo. Tomando como referencia la historia de Univille, esos temas se examinan en las cinco partes que componen el texto. Además de la bibliografía pertinente, se analiza un conjunto de fuentes primarias investigadas en las colecciones del Centro Memorial, Laboratorio de Historia Oral y Archivo Central de Univille. El artículo concluye que, más que implementar conceptos de desarrollo concebidos en contextos fuera del territorio de Santa Catarina, la creación de Univille presentó un intenso trabajo de traducción y recontextualización de nociones difusas de desarrollo, adaptándolas a las demandas del presente y visiones de futuro para las regiones norte/noreste de Santa Catarina.

Palabras clave: Educación Superior; Desarrollo; Univille.

Introdução

Como a história de uma Instituição de Ensino Superior se liga à noção de desenvolvimento? Em que medida, o processo de constituição e consolidação de uma universidade regional no nordeste de Santa Catarina recontextualizou conceitos de desenvolvimento que circulavam pelo Brasil no transcurso dos 1960 a 1990? Essas são as principais questões que enfrentamos neste artigo.

Admitindo a história da Universidade da Região de Joinville (Univille)¹ como um caso emblemático, tais questões são detalhadamente examinadas em cinco partes deste escrito. Na primeira, apresentamos uma discussão a respeito do termo desenvolvimento, procurando evidenciar alguns de seus percursos e deslocamentos conceituais. Em seguida, situamos como o conceito de desenvolvimento foi recontextualizado em Santa Catarina, sob o ideário desenvolvimentista dos anos 1950 e 1960. Na terceira parte, refletimos sobre como certas premissas desenvolvimentistas foram levadas a cabo pelos governos estadual e municipal, influenciando o processo de constituição da Faculdade de Ciências Econômicas de Joinville durante os anos 1960. Por fim, nos dois últimos itens do escrito, analisamos como, no curso da década de 1980, a noção de desenvolvimento foi recontextualizada no âmbito dos projetos “FURJ-Comunidade” e “Univille” em diálogo com debates sobre a importância da interdisciplinaridade no processo de criação de uma universidade comunitária dedicada às regiões norte e nordeste catarinense.

Em termo metodológicos, ao longo do texto, além da bibliografia pertinente também fazemos uso de um expressivo conjunto de fontes primárias coletadas junto aos acervos do Centro Memorial, Laboratório de História Oral e Arquivo Central da Univille. Tais fontes foram interrogadas com base em uma Ficha de Análise, cujos campos buscavam registrar o entrelaçamento de ideias políticas, econômicas e educacionais que atravessaram o complexo processo de construção de uma universidade comunitária em Joinville no transcurso dos anos 1960 a 1990.

Ademais, esperamos que este artigo seja uma contribuição para pesquisadores interessados na história da Educação Superior brasileira, particularmente para estudiosos que ambicionam compreender de maneira mais aprofundada a relação entre a constituição de Instituições de Ensino Superior e a reconfiguração de noções de desenvolvimento econômico e social em regiões de interior e afastadas dos grandes eixos urbanos do país.

Percursos e deslocamentos do conceito de desenvolvimento

O uso da palavra desenvolvimento surgiu na biologia e foi nessa área que ele foi conceituado como “processo de evolução dos seres vivos para o alcance de suas potencialidades genéticas”, isto é, como caminho de um ser vivo para alcançar sua maturidade biológica (Santos et al., 2012, p. 44). Segundo Santos et al. (2012), o deslocamento do conceito de desenvolvimento para aludir à vida de uma sociedade ocorreu sob a influência do denominado darwinismo social, o qual afirmava ser possível verificar o grau de evolução de determinada sociedade ou nação em relação a outras e à escala do

¹ Informações institucionais sobre a Univille podem ser encontradas no seguinte endereço eletrônico: <https://www.univille.edu.br/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

progresso humano. Desta perspectiva, “o progresso, a expansão e o crescimento não eram virtualidades intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas, mas sim propriedades específicas de algumas sociedades ocidentais” (Santos et al., 2012, p. 46). Desse modo, as sociedades classificadas como desenvolvidas teriam avançado mais as suas capacidades em direção ao seu próprio bem-estar. Por consequência, o desenvolvimento de uma sociedade não desenvolvida dependeria de sua disposição para evoluir ao um estado superior.

Também no século XIX, o conceito de desenvolvimento já era bastante empregado na ciência econômica, referindo-se ao processo de consolidação do sistema capitalista. Também aí, o conceito se configurou como “força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada à uma sociedade adiantada” (Santos et al., 2012, p. 48). Contudo, no decorrer da 1ª metade do século XX, foi “construído todo um arcabouço teórico e metodológico para descrever e promover o desenvolvimento como algo próximo a uma sociedade industrial, urbana e detentora de riqueza, por meio de acúmulo de renda monetária” (Santos et al., 2012, p. 47). A sociedade industrial e a industrialização passam, pois, a serem os principais elementos de significação do conceito de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, modelo e caminho para países ou regiões não desenvolvidas progredirem.

Esses movimentos teóricos estavam entrelaçados e em diálogo com os problemas que o mundo vivenciava após a Segunda Guerra Mundial. Consolidou-se a denominada Economia do Desenvolvimento, área disciplinar na qual convergiram estudiosos não apenas europeus como também latino-americanos. De grande repercussão social, a produção científica dessa área passou a subsidiar a formulação de políticas econômicas de vários países, associando desenvolvimento a crescimento econômico. Mas não apenas isso. A partir dela, também foram sendo produzidas críticas e reavaliações teóricas. Assim, nas décadas de 1960 e 1970, verificava-se que as metas de crescimento econômico estavam descompassadas com a falta de distribuição de seus frutos, tanto dentro das sociedades nacionais quanto entre as nações. Isso incidia sobre a necessidade de reanalisar o modelo de desenvolvimento, sob o qual combinava-se de modo expansivo o capital, a tecnologia, a capacidade gerencial e a inserção ampliada no mercado.

Em ensaio sobre “O conceito histórico de desenvolvimento econômico”, o economista Bresser-Pereira recorre à proposição de Celso Furtado, para quem, “a ideia de desenvolvimento econômico se constitui em dois momentos históricos e está intimamente relacionada com o processo de racionalização que caracterizará o mundo moderno” (Bresser-Pereira, 2006, p. 25). Num primeiro momento, na revolução comercial, a racionalidade é revelada pela adoção de um objetivo econômico claro, qual seja o lucro, e pela adoção da acumulação de capital como seu principal instrumento. Num segundo momento, no curso da revolução industrial, outra racionalidade é evidenciada. Para responder à crescente competição do mercado, as empresas adotam a estratégia de progresso técnico como fator de geração do lucro, já que este permitia aperfeiçoarem produtos e processos de produção. Contudo, para Bresser-Pereira, faltou a Celso Furtado se referir a uma terceira racionalidade, evidenciada na formação dos Estados nacionais. Segundo o autor, nesse processo, o Estado passa a assumir o principal papel de condutor do desenvolvimento. É por seu intermédio que serão viabilizadas instituições

e políticas voltadas ao investimento industrial, bem como à estabilidade de preços, taxas de juros e de câmbio. Também é do Estado que serão produzidos os meios e os recursos para promover uma educação nacional que garantisse o “progresso técnico” de tal modo que correspondesse aos “padrões crescentes de produtividade” e de competitividade para o desenvolvimento nacional (Bresser-Pereira, 2006, p. 26).

Contudo, ainda que na perspectiva histórica de Celso Furtado, a formação do Estado não consistisse numa revolução tal qual a revolução industrial nos séculos XVIII e XIX, os problemas e perspectivas que ele abordou em suas obras, desde o final da década de 1950, especialmente sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento e sobre o papel do Estado nos países subdesenvolvidos da América Latina, ressoaram não apenas nas ressignificações teóricas do conceito de desenvolvimento como também na adoção de suas proposições para condução das políticas econômicas.

Para Furtado, países subdesenvolvidos não são aqueles que estão numa etapa inicial em direção ao desenvolvimento superior do capitalismo. Ao contrário, eles se constituem como um lado da mesma moeda, isto é, são “situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial tendendo a reforçar-se mutuamente” (Furtado, 2000, p. 27). Quais seriam então as alternativas para os países subdesenvolvidos enfrentarem sua condição periférica no sistema capitalista? Para Furtado, as decisões políticas deveriam conduzir as decisões econômicas, pois “se é do interesse dos países desenvolvidos perpetuar o atual sistema de divisão internacional do trabalho, como não compreender que o desenvolvimento dos países retardados requer um projeto político?” (Furtado, 2000, p. 33).

Sendo assim, Furtado que em 1949 passou a integrar a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), órgão vinculado às Nações Unidas, defendeu que o Estado, por meio de planejamento, deveria coordenar a economia para promover, de forma contínua, as mudanças estruturais necessárias tanto para criar as condições para o desenvolvimento (regional e nacional) quanto para superar a condição de subdesenvolvimento. Desse modo, sob sua influência, o desenvolvimento latino-americano foi dissociado da ideia restritiva de crescimento, sendo associado a mudanças estruturais coordenadas pela atuação estatal para fomentar o crescimento industrial. No próximo item procuramos apresentar as linhas gerais do denominado desenvolvimentismo brasileiro e de suas repercussões no estado de Santa Catarina, as quais incidem sobre as intenções e tensões que envolveram a criação da Univille.

Estratégias desenvolvimentistas no Brasil e em Santa Catarina

No que tange ao papel do planejamento conduzido pelo Estado com vistas ao desenvolvimento, o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek é apontado como principal referência histórica. Furtado havia presidido um estudo sobre a economia brasileira, realizado pelo Grupo Misto CEPAL-BNDE. O relatório final, publicado em 1955, além de ter sido a base para o Plano de Metas, deu ênfase especial às técnicas de planejamento estatal. Segundo a historiadora Maria Victoria Benevides (1991, p. 9), foi nesse período e a partir desse Plano que “se consagrou, definitivamente, o vocábulo

desenvolvimentismo, cujo sentido passou a aludir à ideia de avanço à modernidade conduzido pelo Estado nacional, combinando planejamento, ‘conciliação política’ e ‘espírito inovador’.

Para dar suporte à industrialização idealizada pelo Estado brasileiro, o Plano de Metas adotou duas formas de investimento: a primeira consistiu em investimentos governamentais diretos para ampliação de infraestrutura e geração de energia e a segunda, caracterizada como investimentos indiretos, ocorreu com a abertura de numerosos tipos de incentivos creditícios e cambiais.

Outra novidade do Plano, ressaltada pela historiadora Sonia Mendonça (1996), foi o fato de se eleger o setor produtivo de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos e similares) como ponta de acumulação, o que incidiu sobre a “maior presença do capital estrangeiro”. Ainda para a autora, a industrialização, sob essas bases, “não se esgotou com o encerramento do governo JK ou com o fim da experiência democrática, pois no regime autoritário iniciado em 1964 o modelo recobrou o fôlego, sendo, inclusive, aprofundado” (Mendonça, 1996, p. 161).

As questões pontuadas por esses autores ganham especial relevância para os propósitos de nosso escrito, pois alguns dos elementos que compõem o denominado desenvolvimentismo foram (re)apropriados, direta ou indiretamente, na elaboração dos planos econômicos sucessivos. Contudo, a conjugação e/ou variação desses elementos se relacionaram a conjunturas específicas de crise econômica (interna e externa) e às amplas condições políticas, de caráter autoritário, que a ditadura militar permitiu ao Estado para, por exemplo, impor arrocho salarial ou conduzir reformas educacionais tidas como as mais adequadas para impulsionar o desenvolvimento brasileiro.

No Plano de Metas, a meta educacional foi a última a ser incluída e isso devido “a injunções políticas de última hora”, conforme depoimento do primeiro presidente do BNDES, Lucas Lopes. Sob o título “Educação para o Desenvolvimento” foram previstas medidas para todos os níveis de ensino. No ensino primário, recomendava-se a adoção de regimes flexíveis, por exemplo, a abertura de classes especiais para adolescentes analfabetos, aumento de vagas e cursos para o aperfeiçoamento de professores. No ensino médio, o objetivo era direcioná-lo mais fortemente à formação técnica. Para tanto, previa-se reaparelhar escolas técnicas industriais e agrícolas existentes e conceder bolsas de estudo para motivar o ingresso de jovens.

Quanto ao Ensino Superior, a meta era ampliar a capacidade das escolas de engenharia e criar institutos técnicos nas áreas de mecânica, matemática, física e economia. Para que a dotação orçamentária cobrisse todas essas metas educacionais, além dos aportes previstos, foi recomendado que houvesse direcionamento de verbas de outros projetos de empreendimentos já financiados pelo BNDES.

Esse panorama contribui para situarmos os projetos desenvolvimentistas inaugurados pelo governo JK no âmbito do estado de Santa Catarina, bem como refletirmos sobre as razões que impulsionaram a criação de Instituições de Ensino Superior (IES) em várias cidades catarinenses, dentre as quais a Univille.

Ao estudar a formação econômica de Santa Catarina o economista Alcides Goularti Filho (2003) buscou compreender como a economia catarinense se inseriu no capitalismo brasileiro e quais as bases

de seu crescimento industrial. Explica-nos que, se até 1945 o padrão de crescimento baseava-se na comercialização da produção da pequena propriedade e de pequenos empreendimentos fabris, a partir desse período, observa-se uma diversificação e ampliação dessa base produtiva. Isso porque, regionalmente, alguns setores econômicos se tornam mais dinâmicos (metal mecânico, cerâmico, papel, têxtil) ao atenderem, inicialmente, demandas do mercado nacional, bem como engajando-se “no ‘projeto nacional de industrialização’ e no planejamento estadual”. Contudo, tal dinamismo defrontava-se recorrentemente com a “falta de infraestrutura e capital financeiro” (Goularti Filho, 2003, p. 10-11).

Para Goularti Filho (2001), a partir de 1962, a economia catarinense ganhará um novo impulso decorrente de iniciativas governamentais voltadas a um novo sistema de crédito industrial e à continuidade de ampliação de infraestrutura. Assim, para o autor, só é possível explicar o crescimento industrial de Santa Catarina (e de Joinville e região) levando-se em conta a própria “mudança do padrão de acumulação nacional, que tinha como tripé básico o capital estatal, o externo e o nacional” (Goularti Filho, 2001, p. 10). Com “a forte atuação do Estado”, as indústrias se beneficiaram também de subsídios públicos e de “amparo tecnológico e suporte técnico” fornecidos por diferentes órgãos públicos (Goularti Filho, 2001, p. 13). Articulado ao Plano de Metas, o governo catarinense também se valeu do planejamento para conduzir a economia regional. Nessa direção, destaca-se o Plano de Metas do Governo 1961-1965 (PLAMEG) lançado pelo governador Celso Ramos, sendo sucedido pelo PLAMEG II (1966-1970) e pelo Projeto Catarinense de Desenvolvimento 1971-1974 (PCD).

Sobre o PLAMEG, diz Goularti Filho (2001, p. 13), “na contramão da recessão”, no final de um “período de planejamento centralizado antes do golpe militar de 1964, o Governo de Santa Catarina elaborou o seu plano de metas, cujo objetivo se concentrava na formação do capital social básico”, que incluiu a área educacional. Ocorre que nos anos de 1959 e 1960 Celso Ramos era presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e, sob sua coordenação, foram promovidas reuniões em 16 cidades do estado e, em seguida, o Seminário Socioeconômico, em Florianópolis. Desses encontros, foi elaborado o “Documento final”, utilizado por Ramos como plataforma política no pleito eleitoral e, posteriormente, transformado em PLAMEG.

No que tange à educação, o PLAMEG destinou 11,6% do total de recursos orçados, investido na construção de 2.512 novas salas de aula para a rede estadual de ensino e aumento de 27,9% do número de alunos matriculados (Goularti Filho, 2005). Quanto ao Ensino Superior foi criada, na capital, a Escola Superior de Administração e Gerência (1964) e a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – UDESC (1965). Também foi estabelecida a meta de interiorização do Ensino Superior, em colaboração com as prefeituras municipais.

Foi, pois, nesse processo que se deu a criação da primeira faculdade na região norte-nordeste do estado, a Faculdade de Ciências Econômicas de Joinville. Na próxima seção, procuramos refletir as razões e os argumentos que foram colocados em jogo para conjugar o desenvolvimento do Ensino Superior ao desenvolvimento regional. Para tanto, tomamos como base de análise fontes orais e escritas produzidas tanto por lideranças políticas e empresariais locais quanto por integrantes da comunidade acadêmica, as quais em diferentes contextos da trajetória institucional da Univille

mobilizaram, articularam e confrontaram criticamente o compromisso da universidade com o desenvolvimento da comunidade regional.

Desenvolvimento de Joinville e de sua IES municipal

Foi no quadro das transformações econômicas e sociais impulsionadas pelo ideário desenvolvimentista que ocorreu a criação da Faculdade de Ciências Econômicas de Joinville, incorporada em 1967 à Fundação Joinvilense de Ensino (Fundaje), instituída pelo poder público municipal. Em 1971, por iniciativa da Prefeitura, a denominação Fundaje foi alterada para Fundação Universitária do Norte Catarinense, a qual em 1975 passou a ser denominada Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ), mantenedora da Univille até hoje.

Segundo o historiador Apolinário Ternes, a ideia de instalar o primeiro curso superior na cidade já vinha sendo discutida por algumas lideranças de Joinville, até ganhar fôlego em 1963, quando o professor Hamilton Sidney Alves de Carvalho foi designado para encaminhar os trâmites burocráticos de instalação do curso (Ternes, 1986). Em 9 de março de 1964, no dia em que se comemorava 113 anos de fundação da cidade, foi realizada a sessão solene de criação da faculdade.

Ainda que no ano seguinte (1965) o curso de Ciências Econômicas já estivesse em funcionamento, com 50 acadêmicos matriculados, até meados de 1967 a sua autorização junto ao Conselho Federal de Educação (CFE) foi submetida a uma série de questionamentos e diligências que colocavam em pauta, principalmente, “a pertinência da cidade em possuir um curso de Economia, a capacidade financeira da mantenedora e a situação do corpo docente” (Coelho, 2015, p. 29). É nesse contexto que ocorreu com maior intensidade as discussões sobre o papel da IES nascente para impulsionar o desenvolvimento local e regional. Em 1966, os debates e os próprios encaminhamentos legais para o CFE passaram a ser conduzidos pelo prefeito Nilson Bender, eleito pela União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição ao do governo estadual (Partido Social Democrático-PSD).

Logo que assumiu a Prefeitura de Joinville, por meio do Decreto n. 1.624/1966, Bender instituiu um grupo de trabalho com o propósito de construir um projeto para a expansão do ensino universitário, incorporando o curso de Ciências Econômicas. Para tanto, designou o assessor de planejamento municipal Heraldo Silva do Valle para coordenar os trabalhos e enviar um relatório circunstanciado ao CFE informando que tão logo fosse regularizada a autorização do curso, o poder público municipal o integraria à Fundaje. O relatório foi enviado ao CFE em 1968 e obteve um rápido êxito, especialmente por valer-se de argumentos que associavam o desenvolvimento econômico regional à criação de faculdades que, num futuro próximo, subsidiariam a concretização de um projeto mais abrangente, qual seja, a criação e o credenciamento de uma universidade para Joinville e região.

O relatório de Valle justifica que o já instalado curso para formação de economistas havia começado a corrigir um problema de “desproporcionalidade convincente”, pois mais do que a capital

Florianópolis e outras cidades catarinenses que já contavam com Educação Superior², Joinville havia registrado, no período de 1960 a 1964, o maior índice de crescimento populacional, em decorrência da vinda de migrantes internos atraídos pelas oportunidades de trabalho em suas 468 indústrias, tornando o Ensino Superior “indispensável e imprescindível, para atender ao crescimento incessante do complexo industrial e a adequação perfeita dos recursos humanos exigidos dia a dia” (Valle, 1968, p. 4). Ademais, Joinville já ocupava o primeiro lugar do estado em arrecadação tributária, não podendo comprometer seu “progresso” com a evasão de jovens para a capital e para os estados vizinhos (PR e RS) em busca de formação, pois poucos retornavam “à sua terra de origem” que se encontrava “carente de mão de obra qualificada” (Valle, 1968, p. 4).

Ainda para justificar a pertinência do Curso de Ciências Econômicas e sua integração à Fundação, o relatório apresentava argumentos contundentes que operam com duas ideias básicas: o papel de Joinville como centro irradiador do desenvolvimento regional e, por consequência, a responsabilidade do município em criar e oferecer formação superior a todas as cidades que orbitavam na sua esfera de influência política e econômica.

Em entrevista concedida à historiadora Dúnia de Freitas, Nilson Bender (1983) lembra os fundamentos por ele adotados que corroboravam com esses argumentos. Diz ele, “nós estávamos ingressando em todo país numa fase em que a administração pública se apoiava toda em projetos, toda em planejamento, [...] e em estudos científicos” e ainda tinha a “ideia que vigora até hoje no mundo, a de que os países desenvolvidos devem ajudar os países subdesenvolvidos no seu desenvolvimento” (Bender, 1983, p. 77). Assim, segundo o ex-prefeito, “a grandeza de Joinville dependia do crescimento, do desenvolvimento de seus municípios vizinhos, porque Joinville, polarizando toda a economia da região, ela acabaria sendo beneficiária do progresso dos municípios vizinhos” (Bender, 1983, p. 76). Baseando-se em tais pressupostos e no fato de que o município de Joinville e os demais de seu entorno “estavam mal representados na política estadual”, ele criou a Fundação Intermunicipal de Desenvolvimento (FIDESC) que, segundo ele, “foi concebida como entidade através da qual o município de Joinville iria ajudar os municípios vizinhos” (Bender, 1983, p. 76). Na prática, pela FIDESC, a prefeitura de Joinville obteve condições legais tanto para emprestar equipamentos para solucionar problemas dos “municípios irmãos” como contratar técnicos gabaritados para os prefeitos elaborarem seus planos diretores e, em conjunto, o “Plano de Desenvolvimento da região toda” (Bender, 1983, p. 76).

Quanto à expansão do Ensino Superior e à criação futura de uma universidade regional, no relatório enviado ao CFE constava que “a teoria do desenvolvimento define com clareza e substância o desenvolvimento regional gerado pelo centro polarizador, com maior amplitude para a periferia e em menor escala desta para aquele”. Por isso, tornava-se imprescindível beneficiar os municípios polarizados por Joinville com formação universitária “a fim de que possam dotar as classes dirigentes de pessoal qualificado para promover o seu desenvolvimento” (Valle, 1968, p. 17).

² Refere-se a outras faculdades criadas pelos poderes públicos municipais de Blumenau (a FURB, em 1964), de Itajaí (a UNIVALI, em 1964), de Tubarão (a UNISUL, em 1964).

Ao analisarmos esses movimentos fica evidente que a trajetória da Univille foi um efeito dos impulsos desenvolvimentistas emergentes na década de 1950, os quais afetaram de ponta a ponta a economia e a sociedade brasileiras, bem como as matrizes políticas de atuação do poder estatal. Em âmbito local, ainda que a criação e expansão do Ensino Superior ocorresse quando o país já estava submerso numa ditadura, essas iniciativas eram tomadas pelas lideranças políticas e empresariais como principais instrumentos para a concretização do desenvolvimento de Joinville e região e, conseqüentemente, do seu crescimento industrial. Tal aspecto corrobora a afirmação anteriormente citada da historiadora Sonia Mendonça que, enquanto modelo, o desenvolvimentismo “não se esgotou com o encerramento do governo JK ou com o fim da experiência democrática, pois no regime autoritário iniciado em 1964 o modelo recobrou o fôlego, sendo, inclusive, aprofundado” (Mendonça, 1996, p. 161).

Porém, com o regime ditatorial ocorreram mudanças profundas na Educação Superior. Justificado pelos “Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica” como a única via para “restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista”, tal regime, na prática, promoveu perseguição a professores e repressão aos movimentos estudantis (Brasil, 1964, s./p.). Mas não apenas isso. Com base na doutrina de segurança nacional e na ideia de Brasil potência, o governo militar implantou um grupo de trabalho que contou com a assessoria da *United States Agency for International Development* (USAID), cujas recomendações apontavam para a necessidade não apenas de expansão das universidades como também de mudanças no perfil das universidades existentes. Tais mudanças deveriam ser embasadas no modelo empresarial. Segundo Coelho (2015, p. 31), “além de visar ao desenvolvimento econômico do Brasil” o novo perfil da universidade deveria atender às seguintes metas: conter despesas para seu funcionamento e ser, efetivamente, “um instrumento de formação de mão de obra especializada, disciplinada e com valores pátrios inculcados”.

Para Martins (2009), a Reforma Universitária de 1968 produziu efeitos paradoxais. Por um lado, em IES federais, estaduais, municipais e confessionais, “criaram-se condições propícias para que [...] passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então – salvo raras exceções – estavam relativamente desconectadas” (Martins, 2009, p. 16). Disso decorreu uma legislação que institucionalizou a carreira acadêmica (abolindo-se as denominadas cátedras vitalícias), a implantação de uma política nacional de pós-graduação que passou a ser conduzida de forma eficiente por agências federais de fomento e a criação de um programa de iniciação científica que contribuiu para, no âmbito da graduação, articular pesquisa e ensino³. Por outro lado, “o princípio da expansão com contenção” combinado com o objetivo de transformar as IES em instrumentos para a “plena utilização dos recursos materiais e humanos” em prol do desenvolvimento nacional, abriu brechas para a inserção de IES com

³ A esse respeito ver o trabalho de Sossai (2020). O autor registra que a “Superintendência de Planejamento do CNPq”, em 1976, remeteu um ofício ao “OECD Department of Scientific Affairs” solicitando “cópias revisadas e atualizadas do Manual de Frascati” para basear e definir as áreas científicas a serem incentivadas pelo órgão. Em 1977, por meio de sua “Directorate for Science, Technology and Industry” a OCDE organizou a denominada “Mission au Brésil” integrada por numerosos *experts*. Posteriormente, tais *experts* produziram um “Relatório da visita técnica ao Brasil”, importante documento na história do CNPq (Sossai, 2020, p. 252).

características de empresas educacionais, isto é, organizações lucrativas voltadas às demandas do mercado de formação superior (Martins, 2009, p. 21).

Tais discussões são relevantes para compreendermos os paradoxos que passaram a atravessar a trajetória histórica da Univille enquanto instituição estratégica para o desenvolvimento regional.

No documento intitulado “Plano de Ação da Fundaje-ano 1968” encontram-se tópicos voltados à consolidação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, à criação das “Faculdades ou Institutos Departamentais de Ciências Contábeis e Administração e Gerência”, à construção do campus e ao encaminhamento do “projeto dos estatutos da **Universidade Norte Catarinense** nos moldes da Reforma Universitária Brasileira” aos órgãos federais competentes (Fundaje, 1968, s./p., grifo nosso). Ora, se em 1968 a criação de uma universidade regional, em consonância com as reformas educacionais instituídas pelo regime ditatorial, era meta a ser cumprida pelo poder municipal e pela direção da Fundaje, como explicar a concretização dessa meta somente em 1996, quando então houve o credenciamento da instituição como universidade? Decorridos 28 anos, a Univille não teria correspondido ou contribuído para o desenvolvimento regional? Do nosso ponto vista, a instituição não apenas contribuiu com o desenvolvimento regional promovendo formação baseada na articulação entre ensino e pesquisa, como também pela extensão intensificou o caráter comunitário perspectivado desde sua criação, como se verá adiante.

Por outro lado, podemos supor que os paradoxos apontados por Martins (2009) que desde o fim da década de 1960 passaram a marcar a Educação Superior brasileira, repercutiram na forma com que o poder municipal de Joinville administrava sua IES, bem como nas formas com que a comunidade acadêmica enfrentou os problemas conceituais do modelo de desenvolvimento por ele adotado e os impactos que produziu junto à vida das populações da região, ao meio ambiente, às territorializações e gestão dos espaços urbano e rural e ao caráter pragmático e instrumental perspectivado para os projetos pedagógicos de curso, de pesquisa e de extensão. Nossa hipótese também considera que o próprio modelo de gestão acadêmica adotada pela municipalidade para tomar decisões sobre como e o que caberia à universidade cumprir para corresponder a sua função no desenvolvimento regional, encontrou, a partir da década de 1970, obstáculos de várias ordens que frustraram as expectativas e as lógicas que as fundamentavam.

O primeiro obstáculo recaía sobre os recursos necessários à subvenção das faculdades. Bender (1983, p. 36) lembra que a lei de constituição da Fundaje (Lei n. 871, de 17 de julho de 1967) previa destinação de 1% do orçamento municipal para subvencioná-la. Diz ele, “mas 1% era na fase inicial [...] com uma faculdade. A ideia era ir até 3% para as demais faculdades”. Para ajudar a cobrir os custos, a Fundaje poderia cobrar preços de serviços, taxas e emolumentos escolares. Bender também relatou que, ainda em 1967, foi criada a Lei Municipal n. 905, que autorizou o executivo municipal a doar uma área de terras para a construção do futuro campus.

Portanto, um primeiro paradoxo incidiu na concretização da Fundaje: nascia como instituição pública, subvencionada parcialmente pelo poder público, para oferecer Educação Superior paga. Isso

viabilizava a pretensão de criar e, ao mesmo tempo, responder a um mercado educacional que se projetava virtualmente no próprio plano de desenvolvimento regional.

Conforme Coelho (2015, p. 32), “naquele contexto o caráter público das IES era inscrito pelo próprio ente que as criava, que compunha seu patrimônio e que se comprometia em subvencioná-la”, não havendo impedimento quer para a cobrança de mensalidades quer para a contratação de docentes e técnicos-administrativos no regime da CLT. Contudo, o que se tornava problemático era o caráter privatista que impulsionava a iniciativa de criação da Fundaje.

No início da década de 1970 começaram a funcionar os cursos de Administração, Ciências Contábeis e de Educação Física. Porém, não houve acréscimo à subvenção municipal, o que causou uma série de problemas financeiros para cobrir o pagamento e a contratação de docentes e implantar infraestrutura mínima para desenvolvimento de suas atividades. A essa altura, a crise financeira da instituição era também aprofundada pelos efeitos da implementação, pelo regime militar, do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)⁴.

Em Joinville, assistia-se a uma grave crise urbana. Por um lado, sob a euforia da expansão industrial, a cidade, entre as décadas de 1970 e 1980, registrou uma taxa de crescimento demográfico de 6,46%⁵. Nesse quadro, ocorreu uma ocupação desgovernada do território urbano, incluindo áreas de manguezais. Houve também um colapso dos serviços de atendimento básico à população. Tal situação foi aprofundada quando as indústrias passaram a ser afetadas pelos efeitos da crise mundial e desencadearam demissões em massa.

Nesse contexto foi eleito prefeito de Joinville, o militar reformado Pedro Ivo Campos, político vinculado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Para ele, o governo anterior havia perdido as rédeas da situação problemática da cidade e de sua Instituição de Ensino Superior que, sob sua gestão, passava a ser denominada Fundação Educacional da Região de Joinville. O campus foi viabilizado (1975) em sua gestão e seu sucessor, Luiz Henrique da Silveira, nomeou a professora Lúcia Margarida Currilin Japp como diretora-geral da FURJ (Campos, 1978).

Acolhendo as demandas da comunidade interna, a professora Lucia elaborou o Plano Quadrienal 1981-1984 (FURJ, 1980) com o objetivo de criar as condições necessárias para implantar a Universidade. Nesse processo foram prospectados novos cursos a serem ofertados não apenas em Joinville, mas também em cidades da região (São Bento do Sul, São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul). Firmaram-se convênios com universidades federais para elevar a qualificação e titulação do quadro docente e se criaram melhores condições ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão os quais articulavam-se aos problemas sociais, econômicos e culturais enfrentados pela

⁴ Ainda que o país registrasse crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), chegando a alcançar, em 1973, o índice de 14%, o modelo desenvolvimentista conduzido pelo Estado, segundo Alves (1989), acabou por acentuar a concentração de renda, as desigualdades econômicas regionais e o acirramento das contradições campo-cidade, obrigando a maioria da população brasileira a conviver com baixos salários, alta inflacionária e escassez de recursos públicos.

⁵ Na década seguinte (1980-1990), houve redução para 3,55% e, entre 1991-2000, 2,40%. Embora declinantes, tais taxas ficaram bem acima das médias apresentadas por Santa Catarina e Brasil (2,05% e 1,89%, respectivamente, entre 1980-1990). A esse respeito ver Coelho (2011).

sociedade regional. Esse processo foi rompido quando a professora Lucia foi sumariamente demitida de sua função. Tal demissão ocorreu com o afastamento de Luiz Henrique da Prefeitura de Joinville em razão de ter sido eleito deputado federal (1982). Assumiu a Prefeitura o vice-prefeito, Violantino Rodrigues, que designou o professor Mário César Cubas para substituí-la (Coelho, 2015).

É nesse quadro que podemos identificar um segundo paradoxo inscrito na condição da FURJ. Como IES pública, cabia ao prefeito nomear o seu corpo diretivo. Diante da situação política instalada, a comunidade acadêmica reagiu ao que considerava decisões arbitrárias e incoerentes com as reais necessidades da instituição. Como reação, o poder municipal chegou a encaminhar projeto de lei que visava transferir a FURJ para uma instituição privada, renunciando à meta de se criar uma universidade regional. Não apenas a comunidade acadêmica se mobiliza, como também representantes de outras instâncias políticas e privadas. Ao final do processo, por meio da Lei Municipal n. 5.660, de 6 de outubro de 1987, houve uma reforma estatutária prevendo eleições internas para os cargos de diretor-geral e de diretores de unidades. Também foi deflagrado debate sobre a estadualização ou federalização da FURJ, demanda em aberto e retomada especialmente em períodos eleitorais da região.

Em síntese, a condição híbrida da FURJ – criada pelo poder público, diretamente dirigida por esse até 1987 e regida pelo direito privado – resultou em idas e vindas e em conquistas e retrocessos que comprometeram o projeto de sua transformação em universidade. Por outro lado, os seus compromissos com o desenvolvimento da região são evidenciados à medida que, nas décadas de 1980 e 1990, passou a (re)conceber criticamente a noção de desenvolvimento, apontando para a necessidade trata-lo como construção histórica, por isso semanticamente variável e contextual.

A recontextualização da noção de desenvolvimento do Projeto “FURJ-Comunidade”

Ao que nossas fontes indicam, na FURJ, o começo dos anos 1980 foi marcado por intensos debates sobre qual seria o papel da Instituição junto às regiões norte e nordeste de Santa Catarina.

Em 1981, num projeto submetido ao MEC⁶, a gestão da FURJ⁷ buscava recursos para colocar em funcionamento o denominado “Projeto ‘FURJ-Comunidade’”. No Projeto, a Instituição explicava que iria desenvolvê-lo no âmbito da então “Experiência Joinville”. Tal “Experiência” pretendia “significar a retomada do dinamismo autossustentado financeiro de Joinville, com envolvimento comunitário”, (re)acionando o “patrimônio cultural e econômico de Joinville” acumulado em razão de ter se “realizado [na] cidade um dos processos mais autênticos de colonização e desenvolvimento” e que se encontrava sob risco em virtude de uma “tendência centralizadora e mimetista do sistema político e econômico” que estava “desfigurando o passado de participação comunitária já existente” na região (FURJ, 1981, p. 1).

O saldo presumido da “Experiência Joinville” seria a recomposição da “confiança empresarial na potencialidade comunitária de aportar o capital suficiente para sustentar o desenvolvimento, recorrendo

⁶ À época, o Ministério da Educação e Cultura era chefiado por Rubem Carlos Ludwig (1926-1989), militar graduado pela Academia Militar de Agulhas Negras do Rio de Janeiro (AMAN).

⁷ Em 1981, ocupava o cargo de Diretora-geral da FURJ a professora Lucia Margarida Currilin Japp (mandato 1979-1982).

a uma engenhosa ideia de lançar ações e outros instrumentos congêneres na própria comunidade”, além de uma “mudança de concepção e de atuação da própria FURJ como instituição de ensino superior” (FURJ, 1981, p. 1-2).

No Projeto enviado ao MEC, a FURJ ainda defendia que a “Experiência Joinville” poderia ser considerada uma iniciativa educativa porque não apenas acreditava no “envolvimento comunitário”, mas também o promovia, recuperando a “justa dimensão do desenvolvimento da qualidade de vida, contra o centralismo e o assistencialismo” (FURJ, 1981, p. 1). Nesse âmbito, ao justificar a pertinência do financiamento daquele projeto por parte do MEC, o FURJ-Comunidade argumentava que estava afinado às perspectivas do órgão, sobretudo por “conceber a educação de forma comunitária, colocando o conceito de cultura orientado para esta direção”, dando corpo a “duas prioridades fundamentais” que o Ministério havia definido para a educação nacional, a saber: “a educação básica e o desenvolvimento cultural, ambos ancorados na capacidade e na criatividade participativa dos atingidos”. O Projeto ainda enfatizava que seguia as “diretrizes do MEC” sobre a necessidade de “compromisso universitário com a comunidade, seja na ótica de superação da tendência alienante, seja na busca de melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa, seja na perspectiva cultural de corresponder às necessidades de desenvolvimento da comunidade e da região” (FURJ, 1981, p. 1).

Com base nesses argumentos, o principal objetivo do FURJ-Comunidade foi assim explicitado:

realizar aquilo que já seria vocação natural da FURJ, ou seja, de engajar-se problemas da educação e da cultura da comunidade, demonstrando na prática que é força viva dela e capaz de mobilizá-la. Contando com o corpo docente e discente e algum apoio – que aqui se solicita – a FURJ crê poder oferecer um campo promissor de experimentação dentro da expectativa do MEC (FURJ, 1981, p. 1).

Na esteira dessas intenções, o documento propunha o desenvolvimento de três subprojetos que seriam iniciados em 1982. O primeiro deles, o “Subprojeto Cultural”, dedicado às seguintes frentes de trabalhos: i) estudo, “preservação e continuidade da memória histórica da cidade”; ii) produção de soluções para o “problema do Arquivo Histórico de Joinville”; iii) fortalecimento de “métodos e técnicas da história oral”; iv) “execução de projetos de pesquisa nos âmbitos histórico-geográfico, econômico, social etc.” (FURJ, 1981, p. 3).

Já o “Subprojeto Educação Básica” intencionava dar conta de um conjunto variado de objetivos, especialmente a realização de um grande “levantamento da realidade da Educação de Base” em Joinville, sobretudo em relação ao “ensino de 1º grau”, esclarecendo as razões das “possíveis diferenças entre a situação existente nas áreas urbana e rural” (FURJ, 1981, p. 5).

No âmbito do terceiro subprojeto, o “Subprojeto financeiro”, propunha-se o enfrentamento de um contexto econômico extremamente problemático, qual seja, o “esvaziamento tributário dos municípios brasileiros” associado à “concentração financeira nas mãos de grandes conglomerados” empresariais. Se fosse mantida tal combinação, a médio prazo, promover-se-ia o “enfraquecimento econômico da comunidade”. De acordo com esse subprojeto, em âmbito local, Joinville contava com “101 empresas médias”, responsáveis por “um quarto (25%) do produto industrial local”. Ademais, essas “empresas

somadas são responsáveis por grande parte da oferta local de empregos”. Contudo, diagnosticava-se que, em uma “rápida passada de olhos pelas demonstrações financeiras destas empresas”, podia ser percebido o seu “estado de constante indigência e, dele decorrente, a estagnação de seu crescimento”. Justificando-se com base nessas informações, o subprojeto também registrava que, “levando em conta a vocação comunitária da FURJ, mais a gravidade da situação atual, inclui-se neste projeto a preocupação com a saúde financeira da comunidade, através da estratégia que se segue” (FURJ, 1981, p. 3):

Incluir em nosso currículo tema relativo à matéria, a ser incorporado aos cursos de Administração, Economia e Ciências Contábeis; Criar estágios nos cursos acima, destinados a incentivar os alunos a encontrar soluções para o impasse financeiro local; Incentivar toda a comunidade para trazer para dentro da FURJ a discussão de novas propostas para a solução dos problemas específicos das empresas típicas da região, isto é, médias e nacionais; Criar grupos de trabalho interdisciplinares que encontrem e executem soluções técnicas para divulgar os progressos obtidos no trabalho acima descrito. Estão previstas soluções como a publicação de revista especializada ou circuito interno de videocassete; Encarregar grupos de alunos e professores e pesquisar e publicar trabalhos científicos nas áreas de história e geografia econômicas e comunitárias, de modo a sensibilizar a comunidade para com seu próprio passado; Apoiar a chamada “Experiência Joinville”, inclusive diminuindo, por causa disto, os custos de execução (FURJ, 1981, p. 3).

Ao que nossas fontes indicam, parece ter sido no âmbito do “Subprojeto Financeiro” que a interdisciplinaridade emergiu na FURJ como um enfoque de trabalho que oportunizava não apenas a constituição de equipes mais qualificadas para o desenvolvimento de um projeto institucional. Parece-nos que a interdisciplinaridade foi intencionalmente a visão adotada com o propósito de constituir redes de conhecimentos integradas por pessoas e instituições sensíveis e interessadas na produção de soluções para problemas econômico-financeiros que o município de Joinville estava vivenciando, assim como para se antecipar a outras intempéries dessa ordem que poderiam atravessar futuros sociais compartilhados entre a FURJ e sua comunidade (como, por exemplo, o desemprego da população ou a baixa arrecadação de tributos municipais).

Tal interpretação leva em conta que, no começo da década de 1980, em âmbito acadêmico, havia uma busca incessante por “explicitar um método para a interdisciplinaridade”, avançando os debates epistemológicos para além do teórico e do abstrato, procurando construí-la na esfera do “prático e do real”. No marco dessas tentativas, à época, ganhou força junto a estudiosos e Instituições de Ensino Superior a ideia de que era necessária uma espécie de “atitude interdisciplinar” que não poderia ser apenas resultado de sínteses teorizantes. Mas, antes, de “sínteses imaginativas e audazes”, buscando converter a interdisciplinaridade em uma “categoria de ação” que conduziria a “um exercício de conhecimento, ao perguntar e ao duvidar” (Francischett, 2005, p. 6)⁸.

⁸ No início dos anos 1980, um documento que demarcou nesse sentido a noção de interdisciplinaridade foi o “Interdisciplinaridade e Ciências Humanas”, publicado por “Gusdorf, Apostel, Bottomore, Dufrenne, Mommsen, Morin, Palmarini, Smirnore e Ui”, em 1983. Nessa publicação, era enfatizada a “relação entre as ciências naturais e humanas” como possibilidade de trabalho interdisciplinar em nível acadêmico (Francischett, 2005, p. 7).

Destarte, vejamos na seção a seguir como, no final dos anos 1980, os termos desenvolvimento e interdisciplinaridade foram estrategicamente combinados em outro projeto elaborado pela gestão da FURJ, com a intenção de constituir junto às regiões norte e nordeste de Santa Catarina a Universidade da Região de Joinville. De nossa perspectiva, o cruzamento desses termos foi intencional e visava demonstrar aos órgãos de regulação da Educação que a Univille seria construída em diálogo com demandas emergentes das formas de desenvolvimento socioeconômico daquelas regiões catarinenses, assim como enfrentaria essas demandas por meio de práticas de ensino, pesquisa e extensão que conectariam entre si diferentes tipos de saberes (científicos, senso comum, da experiência etc.), áreas de conhecimento (Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, da Educação, Ambientais, entre outras) e campos disciplinares de cursos de graduação e pós-graduação a serem ofertados pela universidade.

Desenvolvimento e interdisciplinaridade: O “Projeto Univille” dos anos 1980

Com primeira redação finalizada em 1989⁹, o “Projeto Univille”¹⁰ (projeto de criação da Universidade) procurava evidenciar a “interrelação dos fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais no movimento da sociedade”, propondo a constituição de uma universidade regional voltada para a “formação do homem multidimensional, capaz de aliar criatividade, senso crítico, competência e responsabilidade ecológica com as futuras gerações no exercício profissional” (FURJ, 1989, p. 12).

No delineamento das dimensões pedagógico-científicas e na definição de suas atribuições, pertinência e abrangência, a Univille foi concebida no projeto como “lugar de produção de saber” não mais para fornecer técnicos e professores restritamente comprometidos com o desenvolvimento industrial da região, mas “em conjunto com [...] outras instituições sociais, presentes no mesmo tempo e espaço”, debater e definir o “progresso desejável, aquele que forma e não devasta, que desenvolve e não massacra, que catalisa e não aliena”. Nesse sentido, à formação multidimensional aliava-se a questão ambiental “como a grande demandante de pesquisa e intervenção” (FURJ, 1989, p. 8).

À época, alguns setores empresariais também já colocavam em questão a necessidade de repensar a lógica do crescimento industrial global. Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou o Relatório Brundtland abordando desafios ambientais daquele tempo, particularmente as “relações desiguais entre países e a necessidade de interação entre o meio ambiente e a estrutura socioeconômica do desenvolvimento” (Silva, 2003, p. 48). De acordo com Silva (2003), uma das preocupações desse documento era definir o conceito de desenvolvimento sustentável, compreendendo-o “como sendo aquele que ‘atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras’” (Silva, 2003, p. 48).

⁹ Embora só tenha sido submetido ao Conselho Federal de Educação (CFE) em 01 de outubro de 1991. Seja como for, o Projeto Univille foi aprovado em dezembro de 1991, cabendo ao Conselho Estadual de Educação (CEE) acompanhar a sua implementação.

¹⁰ Em 1989, a “Comissão de Elaboração do Projeto Univille” era integrada por Mariléia Gastaldi Machado Lopes (coordenadora), Eneida Raquel Thiago, Iolanda Ferreira Muller, Maria Helena de Bem, Mirian Morales, Regina Ignarra e Victor Hugo da Silva Medeiros (FURJ, 1989).

No que se refere à extensão, no projeto Univille, eram indicadas oito linhas de ação e também esboçadas frentes de atividades a serem desenvolvidas com diferentes instituições públicas e privadas da região. Nesse âmbito, o projeto realçava que, num futuro próximo, a Univille pretendia desenvolver não apenas atividades de extensão do conhecimento elaborado no interior da Universidade, mas, também, executar “programas voltados ao desenvolvimento global da região, com a participação de alunos, professores e dos grupos sociais interessados” (FURJ, 1989, p. 16). Assim, previa-se que as práticas de extensão da futura universidade avançariam para muito além da mera transposição de conhecimentos acadêmicos gerados por cientistas supostamente encastelados e distantes de suas comunidades. Ao contrário disso, a ideia geral parecia ser a de dar vazão a uma extensão com a comunidade (e não apenas na comunidade).

Para a área de pesquisa, atividade concebida como “realização da necessidade básica humana de compreender a realidade” para nela se inserir e atuar, o Projeto ainda não precisava as linhas de investigação que seriam estimuladas na futura universidade. No entanto, salientava que, na Univille, seria incentivado o “desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares de modo a propiciar uma troca de conhecimentos adequada à abordagem ecossistêmica” (FURJ, 1989, p. 16), como também a realização de “pesquisas interdisciplinares de modo a propiciar troca de conhecimentos adequados às necessidades da região” (FURJ, 1989, p. 83).

No que diz respeito à interdisciplinaridade, o Projeto Univille alinhava-se ao disposto no “Estatuto da FURJ”, aprovado pela Lei Municipal n. 2.302, de 06 de dezembro de 1988¹¹. Em tal documento, foi definido que, para “alcançar seus objetivos, a FURJ deveria “estimular um intercâmbio direto e sistemático entre as diversas ciências, áreas de saber e disciplinas, adotando formas de assegurar a interdisciplinaridade em nível de organização de ensino, aprendizagem, pesquisa e serviços” (Joinville, 1988). Nesse sentido, o projeto apontava a interdisciplinaridade como um elemento institucional orgânico às futuras práticas teóricas, metodológicas e de gestão da Univille, articulando-se e respondendo a eventuais problemas socioeconômicos das regiões norte e nordeste de Santa Catarina¹².

Ainda em relação a essa lei, no Projeto Univille, a interdisciplinaridade parece ter sido vislumbrada como um ponto de fuga em relação à primazia dos saberes disciplinares na constituição de uma proposta pedagógica para a futura universidade, lançando uma espécie de olhar político e politizado “sobre a sociedade, sobre a educação, sobre o currículo e sobre as disciplinas” que viria a ofertar em seus diversos cursos de graduação e pós-graduação, assim como sobre modos de conformação acadêmica fortemente marcados por tradições epistemológicas sedimentadas em campos de conhecimento organizados em disciplinas que pouco se comunicam umas com as outras (Veiga-Neto, 1999, p. 67).

¹¹ Neste período, o prefeito de Joinville era o Sr. Wittich Freitag (1922-1998), eleito para o mandato 1983-1988 e reeleito para um segundo em 1993-1996.

¹² Nessa direção, destacamos que os dois primeiros cursos de mestrado da Univille foram na Área Interdisciplinar, a saber: Saúde e Meio Ambiente, em 1999, e Patrimônio Cultural e Sociedade, em 2008.

Na esteira dessa acepção, acreditamos que, no Projeto Univille de 1989, o cruzamento entre desenvolvimento e interdisciplinaridade estava em assumir que a complexidade e a contradição moviam o mundo, incluindo aquilo que nele imaginamos estar organizado de modo axial sob o rótulo de cursos superiores, disciplinas acadêmicas, pesquisa científica e/ou extensão universitária. Por sua potência teórica, metodológica e epistemológica, à época, o cruzamento entre os termos desenvolvimento e interdisciplinaridade foi um arranjo fundamental para que a FURJ justificasse aos Conselhos Federal e Estadual de Educação a relevância de se implantar uma universidade no norte e nordeste de Santa Catarina, cujo “DNA” favorecia intensificar sua inserção regional e comunitária.

Considerações finais

O final da década de 1980 e o início dos anos 1990 marca a Univille pelo seu reconhecimento como universidade e pelo fortalecimento da sua identidade comunitária que tem na extensão seu inicial e principal sustentáculo. Mas, para uma Instituição de Ensino Superior comunitária, no início da década de 1990, falar de extensão indissociada do ensino e da pesquisa, princípio básico da universidade brasileira, passou a se falar da produção do conhecimento e de seu usufruto a partir de uma agenda educacional que deveria responder não apenas a contingências regionais, mas também a fenômenos de amplitudes nacional e internacional.

À época, a Univille – uma universidade comunitária ainda em processo de constituição – procurou definir seus objetivos, suas metas e identidade institucional a partir das relações de presente e de passado que mantinha com a sociedade regional. Nesse processo, os gestores da instituição acionaram e usaram estrategicamente o termo desenvolvimento, transformando-o ora em argumento de resposta para perguntas retóricas que questionavam a relevância educacional de se fundar uma universidade comunitária no norte e nordeste de Santa Catarina, ora como termo guarda-chuva sob o qual seria possível abrigar projetos de futuro que culminariam na melhoria das condições de vida nessa região.

Nesse cenário, a equipe do “Projeto Univille” buscou fabricar uma noção de desenvolvimento sob medida para a emergente instituição universitária. Foi, então, que ganhou força a ideia de estabelecer a identidade educacional da Univille em diálogo com uma noção de desenvolvimento considerada ecologicamente mais adequada ao presente e mais promissora ao futuro, qual seja, a de desenvolvimento sustentável. Por sua vez, tal noção exigia a interdisciplinaridade como categoria de ação sobre o real.

Ao que as fontes analisadas neste artigo indicam, a nascente universidade teve que esperar até 1996 para auferir o primeiro grande ganho de seu trabalho de fabricação: o seu credenciamento como Universidade da Região de Joinville, por meio do Decreto Presidencial de 14 de agosto de 1996.

No âmbito do Projeto Univille, desencadeado no início da década de 1990, coube à própria comunidade acadêmica (re)conceber criticamente a noção de desenvolvimento. Coelho (2015) afirma que esse Projeto era bastante arrojado para o seu tempo. Em suas palavras:

Ao adotar a noção de sustentabilidade como linha mestra para sua estruturação, intencionalmente ou não, o projeto sinalizava algumas rupturas a serem enfrentadas pela sociedade. Algumas delas atingiam os pilares fundantes tanto do modelo desenvolvimentista quanto da universidade, agora concebida como lócus de formação ancorado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Coelho, 2015, p. 42).

Nessa direção, a interdisciplinaridade foi tomada como pedra de toque tanto no delineamento do projeto pedagógico e de desenvolvimento institucional quanto nos embates e debates públicos acerca do comprometimento da universidade em responder aos complexos problemas que interconectavam fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, os quais eram decorrentes das estratégias de desenvolvimento regional adotadas desde a década de 1960.

No âmbito da formação inicial, dos nove cursos de graduação (todos da área de sociais e sociais aplicadas), cinco anos após o credenciamento como universidade, a Univille ofertava mais de 20 formações distribuídas em todas as áreas do saber. Em 2019, ofertou 42 cursos de graduação. Desde sua criação, a instituição titulou 34.137 alunos.

Também segundo Coelho, nos planos e relatórios de acompanhamento de implantação da universidade são registrados avanços consideráveis na área de Extensão. Diz a autora que nos anos de 1995-96, a longa lista de projetos e ações de extensão englobavam quase todos os cursos e departamentos, o que “demonstra o quanto já eram sólidas as relações entre ensino e extensão construídas na trajetória institucional” (Coelho, 2015, p. 43). Em 2002, foi aprovada a Política de Extensão e Assuntos Comunitários e instituído o Fundo de Apoio à Extensão (Faex), destinando 4% da receita anual líquida institucional para sua implementação. Também foram criados Programas que passaram a aglutinar projetos e ações de extensão de caráter permanente. Em pleno funcionamento, são eles: Juizado Especial Cível; Literatura Infantil Juvenil (Prolij); Arte na Escola (Piae); Incentivo à Leitura (Proler); Matur(a)idade; Centro de Atividades Físicas (CAF); Sorria Vila da Glória; Movimentação – Atividade Motora para Grupos Especiais; Centro Memorial da Univille; História Oral; Artes Cênicas; Internacionalização de Empresas de Joinville e Região (Pier); Índice de Variação Geral de Preços (IVGP); Programa Estruturante de Empreendedorismo (PEE); Reciclar; Assessoria Técnico-Científica ao Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão Norte e Cachoeira (CCJ); Programa Trilhas – Educação e Interpretação Ambiental nos Cepas. A extensão também ganhou impulso no âmbito dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, com a criação de vários espaços de interação e de atendimento das populações dos municípios de abrangência da Univille (Ambulatórios Universitários, Clínicas Odontológicas, Clínica Escola/Serviço de Psicologia, Centro de Artes e Design, Estação Meteorológica, Escritórios de Atendimento Jurídico, Clínica de Direitos Humanos, Centro de Cartografia, Cozinha Pedagógica, entre outros).

No que concerne à pesquisa e pós-graduação *stricto sensu* vários desafios foram enfrentados. Se as experiências de extensão já integravam de maneira sólida o cotidiano institucional, o mesmo não ocorria com a pesquisa. O grande impulso conjugou duas iniciativas institucionais: a criação do Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) (1994) e o Programa de Qualificação Docente (PQD), visando aumentar o número de professores titulados (mestrado e doutorado) em todos os cursos. Para se ter uma ideia, em

1996, apenas 28% dos professores eram mestres e doutores. No início de 2002, esse índice subiu para 44% (em 2019, o índice é de 80%). A evolução desse índice correspondeu igualmente à evolução do número de projetos de pesquisa e de grupos de pesquisa consolidados, os quais, em 2019, totalizaram 133 e 50, respectivamente. Tal performance também é amparada pela trajetória do *stricto sensu*. O primeiro Programa de Pós-Graduação, o PPG em Saúde e Meio Ambiente, teve sua aprovação para ofertar o mestrado em 1999 e o doutorado em 2014. Em 2006, a área congregada pelos docentes dos cursos de engenharia, obteve aprovação do Mestrado em Engenharia de Processos. Em 2008, foi iniciado o PPG em Patrimônio Cultural e Sociedade contando com um grupo de docentes provenientes dos cursos de Artes, Letras, História, Direito e de Administração. Este grupo, em 2018, obteve aprovação do Doutorado. Em 2011 e 2013, os Mestrados em Educação e em Design, respectivamente, iniciaram suas atividades ofertando cursos de Mestrado.

Embora aparentemente mais lento, o processo de consolidação desses Programas, além de iniciativas já destacadas para qualificar docentes-pesquisadores, teve também como respaldo os diálogos e interações entre as comunidades interna e externa, no intuito de construir consensos, definir prioridades e compartilhar avaliações e interpretações acerca da pertinência do papel da Univille enquanto espaço de produção e de circulação de saberes e de conhecimentos científicos atinentes ao desenvolvimento regional. A esse respeito destaca-se o envolvimento de docentes em fóruns e instâncias públicas de debate, proposição e acompanhamento de políticas educacionais, ambientais, culturais, de desenvolvimento urbano, de assistência social e de desenvolvimento regional.

Em outra frente, ressalta-se a criação, em 2006, do Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (NIPI), vinculado à Área de Pesquisa, o qual objetivava fortalecer os vínculos com o setor produtivo de forma a cooperar no atendimento a demandas e necessidades para inovação de processos e produtos. Nessa direção, em 2007, a Univille destinou uma área de 206 mil m² para a implantação de um parque científico, o qual tem propiciado ambientes motivadores para a inovação, empreendedorismo e projetos de desenvolvimento econômico e social (Coelho, 2015).

A trajetória que procuramos apresentar reflexivamente sobre a história da Univille suscita algumas questões que podem contribuir no debate contemporâneo sobre o papel e o lugar da universidade no encaminhamento de projetos de desenvolvimento.

Em primeiro lugar, destaca-se que o conceito de desenvolvimento exige que o abordemos como construção histórico-social, já que suas ressignificações decorrem de deslocamentos e de formulações teóricas que dizem respeito tanto a um certo contexto quanto à possibilidade de nele atuar. Desta perspectiva, procuramos evidenciar que no início da década de 1960 a Educação Superior e a criação da primeira IES da região norte-nordeste de Santa Catarina foram tomadas como possibilidade para a sua realização. Ademais, ao se constatar que a expectativa inicial era de rapidamente transformar a IES em universidade para impulsionar o desenvolvimento regional, a concretização desse propósito ocorreu apenas em 1996. Isso nos leva a outra questão, qual seja, não se pode tratar um modelo de desenvolvimento, bem como o papel nele desempenhado pela universidade, como um processo linear e logicamente sequencial. Ao contrário, procuramos apontar que das múltiplas relações entre a

universidade, o poder público, os setores empresariais e a sociedade local emergiram paradoxos e conflitos que, em cada momento, intervieram na (re)conceituação de desenvolvimento regional e no papel da universidade.

Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.
- BENDER, Nilson Wilson. *Nilson Wilson Bender*. depoimento. Entrevista concedida a Dúnia de Freitas Toaldo em 20 nov. 1983.
- BENEVIDES, Maria Victoria. O governo JK: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991, p. 99-22.
- BRASIL. *Ato Institucional n. 1, de 9 de abril de 1964*: dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. *Gov.br*. 09 abr. 1964. Disponível em: <https://bit.ly/35PEA1J>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. *Escola de Economia de São Paulo*, n. 1, p. 1-24, dez. 2006.
- CAMPOS, Pedro Ivo Figueiredo. *Pedro Ivo Figueiredo de Campos*: depoimento. Entrevista concedida a Dúnia de Freitas Toaldo em 21 jul. 1978.
- COELHO, Ilanil. *Pelas tramas de uma cidade migrante*. Joinville: Univille, 2011.
- COELHO, Ilanil. Univille: uma escrita histórica. In: COELHO, Ilanil; SOSSAI, Fernando Cesar (Orgs.). *Univille, 50 anos de Ensino Superior em Joinville e região (1965-2015)*. Joinville: Editora da Univille, 2015, p. 27-64.
- FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. O entendimento da interdisciplinaridade no cotidiano. *Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação*, [s.l.], p. 1-14, 2005.
- FUNDAJE. *Plano de ação da Fundaje – ano 1968*. Joinville: Fundaje, 1968.
- FURJ. *Plano quadrienal 1981-1984*. Joinville: FURJ, 1980.
- FURJ. *Projeto FURJ-Comunidade*. Joinville: FURJ, 1981.
- FURJ. *Projeto Univille*. Joinville: FURJ, 1989.
- FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GOULARTI FILHO, Alcides. *Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina*. Doutorado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.
- GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina. Congresso Brasileiro de História Econômica e Conferência Internacional de História de Empresas Co 052. *Anais...* Belo Horizonte: ABPHE, 2003.
- GOULARTI FILHO, Alcides. O planejamento estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002. *Ensaio FEE*, v. 26, n. 1, p. 627-660, jun. 2005.
- JOINVILLE. *Lei Municipal n. 2302*: aprova o Estatuto da Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ. *Leis Municipais*. 16 dez. 1988. Disponível em: <https://bit.ly/33fErCX>. Acesso em: 21 jan. 2020.
- MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o Ensino Superior privado. *Educação e Sociedade*, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 327-350.
- SANTOS, Elinaldo Leal et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *Revista eletrônica do programa de mestrado em desenvolvimento regional da Universidade do Contestado*, v. 2, n. 1, p. 44-61, jul. 2012.
- SILVA, Carlos Alvarez. Sustentabilidade e transição paradigmática. In: OLIVEIRA, Maria Flores Seixas de; OLIVEIRA, Orlando de (Orgs.). *De olho na mata: educação, fotografia e sustentabilidade*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003, p. 45-62.

SOSSAI, Fernando Cesar. *A construção de consenso nos bastidores da OCDE: notas sobre educação e tecnologia (1960-1992)*. Joinville: Univille, 2020.

TERNES, Apolinário. *Colégio Bom Jesus: 60 anos de ensino*. Joinville: Gráfica Meyer, 1986.

VALLE, Heraldo do. *Considerações sobre a necessidade de implantação de uma Faculdade de Ciências Econômicas em Joinville-SC*. Relatório. Joinville: [s.l.], 1968.

VEIGA-NETO, Alfredo. Currículo e interdisciplinaridade. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.). *Currículo: questões atuais*. Campinas: Papirus, 1999, p. 59-102.